

POLÍTICA ECONÔMICA

ANTÔNIO DIAS LEITE

O objetivo da política econômica seria garantir um alto nível de atividade e ritmo de crescimento superior ao já alcançado no passado recente. Os instrumentos essenciais compreenderiam um forte aumento da poupança interna e uma ação executiva intensa no sentido do aumento da eficiência do sistema econômico. O controle progressivo do processo inflacionário viria como decorrência da própria aplicação desses instrumentos, não se constituindo, assim, num objetivo independente. São estas as idéias centrais do presente estudo sobre a política econômica que atenderia aos interesses do Brasil.

A CABA de ser interrompido um processo de evolução política durante o qual a heterogeneidade crescente das forças dominantes e a incapacidade administrativa também crescente conduziram o país a uma política econômica descontínua, quase sempre incoerente e, em geral, incompetentemente executada. Em consequência, a economia nacional foi levada a um impasse: não evoluía no estilo de uma economia socialista, pois o que se viu foi o desmantelamento da empresa pública e o descrédito do planejamento econômico, nem evoluía no estilo de uma economia capitalista, pois que a empresa privada vinha tendo o seu desenvolvimento estiolado.

Ao novo Governo, oriundo da revolução de 31 de março, cabe uma primeira tarefa, urgente e já em realiza-

ção, de recompor a organização administrativa e de reordenar, em primeira instância, a vida econômica e financeira do país. Uma segunda tarefa, que será forçosamente iniciada por êsse mesmo Govêrno, mas que se estenderá por vários anos, compreenderá a reformulação da política econômica nacional a longo prazo, com um horizonte que deve alcançar, pelo menos, o ano de 1970.

As duas tarefas se superpõem de certa forma, ficando a segunda, em parte, condicionada às decisões tomadas durante a primeira. É oportuno que se reestabeleça, desde já, o interrompido debate em tórno da política econômica a longo prazo.

Com vistas a êsse debate, e na esperança de que êle possa vir a ser travado agora com mais objetividade do que no passado recente, aventuramo-nos a apresentar, para discussão, algumas idéias sôbre uma política econômica global, a longo prazo, para o Brasil.

II

A posição em que nos colocamos, para o exame do problema, é essencialmente pragmática. Acreditamos que, no debate que se vinha travando, antes da recente transformação política, os problemas do Brasil eram discutidos partindo de posições ideológicas excessivamente rígidas. Deixemos de lado, no momento, as manifestações daqueles cuja ação e cuja doutrinação visam a tornar inviável a economia brasileira a fim de modificar o nosso regime político. Deixemos, também, de lado as manifestações puramente demagógicas. Mesmo assim, é forçoso reconhecer-se que preciosa energia intelectual tem sido despendida em controvérsias de grande interêsse doutrinário, embora irrelevantes, até certo ponto, para a solução imediata das dificuldades que afligem o povo e impedem o progresso do país.

Acreditamos mesmo que, entre os que discutem com sinceridade os problemas nacionais, exista muito mais concordância do que divergência, no tocante aos objetivos a atingir, objetivos êsses que compreenderiam, em suas grandes linhas e no consenso geral:

1. o desenvolvimento econômico global e equilibrado do país, com a eliminação da extrema miséria e a garantia de pleno emprego;
2. a contenção do processo inflacionário; e
3. a superação de um estado de dependência excessiva do exterior.

Acreditamos, ainda, que a opinião dominante no país seja favorável ao atendimento desses objetivos dentro do regime democrático e de modo que a tranqüilidade social seja preservada durante o processo de reequilíbrio da nossa estrutura econômica.

Estamos certos, por outro lado, que as discordâncias são profundas não só quanto aos métodos e aos instrumentos a serem adotados para alcançar aqueles objetivos como quanto à prioridade que deva ser atribuída a um ou outro aspecto do problema global.

A nossa posição é, como dissemos de início, pragmática. A nosso ver, e na emergência em que nos encontramos, as soluções objetivas é que importam. Não devemos ter dúvida em adotar, para dois problemas ou para duas áreas, soluções de características doutrinárias antagônicas desde que cada uma, no caso específico, seja a mais viável e a mais eficaz, a prazo curto, para a solução do problema em causa.

A política econômica que fôr concebida a partir de tal atitude será, necessariamente, eclética, e não poderá enquadrar-se em nenhum tipo padrão de organização econômica da sociedade.

III

Se, na formulação de uma política econômica para o Brasil, não nos podemos ater a modelos teóricos, tampouco nos serão muito úteis modelos práticos oriundos da experiência de outros países.

As características continentais do seu território, a sua já importante e crescente população e o grau de desenvolvimento já atingido, situam o Brasil em posição especial e única no concôrto das nações ditas subdesenvolvidas.

Na comparação com os países desenvolvidos, de grande dimensão e população, encontramos dois importantes modelos, o dos Estados Unidos e o da União Soviética. A reprodução do que foi realizado pelo primeiro, com uma antecipação de decênios, não seria viável. A cópia das realizações do segundo implicaria a mudança do regime político, não desejada pela maioria do povo brasileiro.

Na comparação com os países subdesenvolvidos, também de grande dimensão ou população, não encontramos exemplos de realizações nitidamente superiores à do Brasil. Na comparação com os de menor dimensão, o Brasil se apresenta com uma característica específica, de grande potencialidade econômica, e decisiva para a formulação de uma política: a grandeza do seu mercado interno. No confronto com os subdesenvolvidos, grandes e pequenos, apresenta o nosso país, ainda, uma característica relativamente rara qual seja o de uma grande vitalidade, decorrente da energia e do espírito de iniciativa da maior parte da sua classe empresarial.

Não parece justificável, portanto, a importação de qualquer modelo de desenvolvimento. A formulação da política econômica global para o país terá que ser original e autêntica, embora isso não signifique desprezo pelo que fôr adaptável ao Brasil da experiência alheia.

IV

Se o Brasil difere dos demais países subdesenvolvidos pela sua natureza, geografia e estrutura econômica e social, exigindo solução específica para os seus problemas, não foge, entretanto, à regra geral da escassez de recursos humanos e de capital para o pleno atendimento de suas necessidades de progresso. Por elementar que pareça a afirmação, não seria demasiado lembrar que, na vida econômica, as necessidades são muito maiores que os recursos disponíveis e, portanto, na formulação de uma política econômica, uma atitude objetiva e realista deve ser fundada na coragem de optar. Alguém, ou alguma coisa, têm de ser sa-

crificados para que outros possam ser atendidos ou outras coisas realizadas.

Forçoso é reconhecer que na condução da evolução econômica do país, no passado recente, essa coragem de optar raramente se fez sentir.

As necessidades nos diversos setores e regiões são tantas e tão conhecidas que tendem a induzir nos administradores e técnicos o desejo de ambiciosos planos visando à sua integral satisfação.

Intensa tem sido a atividade de elaboração de planos regionais e nacionais, entendida por muitos, apenas como alinhamento ordenado, encadeado e lógico, de projetos necessários. Menos freqüente tem sido a formulação adequada e minuciosa de projetos técnicos exeqüíveis. Raras, entretanto, as oportunidades em que se realizou o confronto entre recursos e dispêndios com o fito de equilibrar financeiramente um programa, e em que se optou racional e objetivamente entre projetos igualmente necessários, a fim de garantir à economia nacional ou regional evolução contínua e equilibrada.

Como conseqüências: os investimentos programados foram sempre superiores aos recursos disponíveis e êstes não foram adequadamente ampliados; e, em segundo lugar, os investimentos de maior impacto imediato na opinião pública tiveram sempre preferência sôbre os que, demandando maior tempo de execução, não produzissem efeitos a prazo curto.

A grande vítima da preferência pelos investimentos de maior efeito imediato encontra-se no setor da educação. A tal ponto foi relegado a segundo plano o investimento nessa área, que o fator da produção hoje mais escasso no país é o homem preparado para atividade econômica e social.

Ao lado da sua potencialidade em espaço livre e em recursos naturais, o Brasil contemporâneo se apresenta não só como um país de escasso capital, o que é comum a todo o grupo das nações subdesenvolvidas, como também da escassa capacidade de trabalho qualificado.

V

A escassez de capital e a escassez de capacidade do trabalho qualificado facilmente identificáveis, neste determinado momento da evolução econômica nacional, se constituem, no entanto, em simples elos de um processo circular, que deve ser rompido para que se abra uma nova fase de evolução equilibrada e sustentada de nossa economia.

A escassez de capital resulta de uma poupança reduzida e esta, por sua vez, decorre de um nível médio de renda baixo, apenas suficiente para a garantia de subsistência da maioria da população. Esse nível de renda insatisfatório é resultante de um ritmo lento de crescimento anterior motivado, por seu turno, pela escassez de recursos para investimentos e pela baixa eficiência do sistema. O círculo se fecha, finalmente, pela dependência que existe entre a eficiência operativa do sistema e o nível de preparação técnica e profissional do povo, o qual para ser elevado depende, também, de maiores investimentos.

Os elos críticos dêsse mecanismo, na atual conjuntura brasileira, se situam, a nosso ver, na área da reduzida poupança e da baixa eficiência do sistema. Uma ação corretiva sobre êsses pontos permitia que fôsem atendidos, sem contradição e simultaneamente, os objetivos comumente aceitos para uma política econômica: a continuidade do desenvolvimento, a contenção do processo inflacionário e a superação de uma situação de excessiva dependência do exterior.

Com efeito, as manifestações mais evidentes da baixa eficiência do sistema são causa de um desenvolvimento insatisfatório e responsáveis por forte e crescente inflação. Podemos identificá-las, sem dificuldade:

a) na condução das operações de produção, caracterizada por baixos índices de produtividade em quase todos os setores econômicos, tanto na área da empresa pública como no da empresa privada e, nesta última, com índices notoriamente baixos no setor rural;

b) na condução das operações de investimento, tanto no setor da educação como no das obras, onde impera o desperdício dos recursos de capital disponíveis;

c) na administração pública, incapaz de arrecadar os impostos que lhe são devidos, e de se organizar para o exercício de suas funções mais elementares, promovendo, conseqüentemente, *deficits*, falta de equidade na distribuição da carga fiscal e inadequação de serviços públicos;

d) finalmente, tendo em vista a sua importância fundamental na vida do país, na inqualificável desorganização dos serviços de transporte e comunicações. A ineficiência nesse setor provoca, de um lado, e especialmente no que se refere aos transportes, o encarecimento dos produtos e a perda de safras agrícolas e, de outro, contribui com a mais significativa parcela para o *deficit* orçamentário e, por essa via, para a alimentação do processo inflacionário.

Por outro lado, o reduzido volume de poupança interna, em face das necessidades do país, atua também de forma negativa, tanto no que se refere ao desenvolvimento como em relação à estabilidade da moeda e ao equilíbrio do balanço de pagamentos, pois:

a) limita o ritmo de crescimento econômico pela insuficiência de recursos para a formação de capital fixo novo;

b) justifica a tentativa do financiamento de investimentos com recursos inflacionários;

c) concorre para a dilatação do prazo de execução das obras que compõem o esforço de investimento nacional, fazendo com que haja sempre um grande volume de capital improdutivo;

d) compele os investidores particulares ou públicos a recorrerem ao financiamento externo, mesmo quando este não se oferece em termos e condições satisfatórias.

É nossa convicção, portanto, que o rompimento daquele círculo vicioso deva ser provocado através de uma política econômica que force a ampliação do volume de poupança interna e que se oriente preferencialmente no sentido do aumento da eficiência do sistema, com especial ênfase na valorização do homem.

VI

A posição pragmática, a atitude otimista em relação à potencialidade econômica do país, a convicção de que as

causas fundamentais tanto do desenvolvimento insatisfatório como da crescente inflação e da excessiva dependência do exterior se encontram na reduzida poupança e na baixa eficiência do nosso sistema econômico, nos levam a definir uma política essencialmente dinâmica.

São objetivos básicos de tal política:

a) um crescimento em ritmo elevado, suportado por forte poupança interna e por crescente eficiência operativa da economia nacional;

b) a estabilidade da moeda, a ser atingida de forma progressiva, na medida em que se fôr tornando possível operar o sistema com a substituição de recursos inflacionários por recursos de poupança real num regime de eficiência crescente;

c) uma entrada líquida de capital externo ou, no mínimo, a neutralidade do balanço financeiro com o exterior, durante o período crítico de reequilíbrio da estrutura econômica do país.

Esses objetivos só serão atendidos simultaneamente se se garantir elevado nível de atividade econômica durante o período de reequilíbrio no qual se processa a transformação da estrutura econômica do país, mediante a ampliação da poupança concomitantemente com a elevação da eficiência do sistema.

VII

A essência da política econômica global não poderia ser exposta simplesmente mediante a definição sintética e qualitativa de seus objetivos básicos. Análise sumária da interrelação entre êsses objetivos, bem como indicação quantitativa das modificações que seriam provocadas nos principais parâmetros definidores da estrutura econômica nacional, completarão aquela definição.

A economia nacional, antes da relativa estagnação dos anos de 1961 a 63, vinha crescendo a um ritmo médio de aproximadamente 5,6 % ao ano. A proporção do esforço de poupança interna em relação ao valor do produto nacional oscilava em tórno de 14 % e o consumo absorvia aproximadamente 86 % desse mesmo total.

A adoção da política proposta importaria em forte deslocamento da relação poupança-consumo. Admitamos, para raciocínio, que a nova relação venha a se situar nos níveis de 21 % para a poupança e 79 % para o consumo. Admitamos ainda que o produto nacional, no ano anterior ao da aplicação da nova política, tenha crescido de apenas 5 % e que êsse mesmo produto passe a crescer ao ritmo de 7,5 % ao ano.

Essas hipóteses, embora não se baseiem em modelos analíticos detalhados da economia brasileira, são, no entanto, perfeitamente aceitáveis, para os fins de quantificação do mecanismo sugerido para o reequilíbrio da economia nacional.¹

Em função dessas hipóteses e do deslocamento proposto na relação consumo-poupança, a política econômica se desdobraria nas seguintes etapas:

1. A participação da poupança na destinação do produto nacional seria ampliada de 50 %, ao passo que a do consumo seria reduzida de 8 %, em decorrência do deslocamento da relação poupança-consumo.

2. O volume total do consumo ficaria temporariamente estabilizado (um a dois anos) e, a seguir, passaria a crescer proporcionalmente ao produto. O nível global do emprêgo nas atividades ligadas à produção de bens de consumo ficaria, também, temporariamente estacionário e, a seguir, passaria novamente a crescer.

3. A capacidade de consumo *per capita* seria reduzida nos primeiros dois anos (de 2 a 3 %), voltando depois ao nível inicial e, a seguir, passaria a crescer proporcionalmente ao produto *per capita*.

4. O volume total da poupança interna se elevaria rapidamente não só em decorrência da sua maior participação na destinação do produto como também do crescimento do próprio produto. Não seria inviável duplicar o volume da poupança interna em quatro anos.

5. O vulto desses recursos adicionais de poupança permitiria o atendimento de programa de aumento de eficiência e de substituição de fontes inflacionárias de recur-

¹ Ver, para a aritmética, a nota no fim do artigo.

tos, sem prejuízo das aplicações destinadas a investimentos adicionais novos, e rapidamente reprodutivos, e ao financiamento de safras agrícolas abundantes.

6. A manutenção de um alto nível de atividade e a canalização de novos recursos de poupança real para investimentos adicionais garantiriam a plena utilização da capacidade industrial existente nas indústrias de equipamentos e de construção civil. O nível de emprêgo nessas indústrias seria fortemente aumentado.

7. A disponibilidade de recursos de poupança real, aplicáveis no programa de aumento da eficiência, permitiria que uma ação intensa fôsse realizada nessa área tradicionalmente relegada a segundo plano.

8. Os efeitos do aumento da eficiência do sistema se fariam sentir, embora com certo retardamento em relação às aplicações, tanto no ritmo de crescimento do produto como no decréscimo do impulso inflacionário.

9. A pressão para as emissões monetárias seria reduzida não só pelo aumento da eficiência do aparelho arrecadador como também mediante a cobertura de investimentos públicos, hoje atendidos pelo orçamento federal deficitário, com recursos de poupança real.

10. A ampliação da capacidade de aquisição de bens de capital no país diminuiria, finalmente, a pressão para importar equipamentos similares do exterior, reduzindo-se, assim, uma das parcelas que tendem a desequilibrar o balanço de pagamentos do país.

11. O esforço interno de poupança seria reforçado em tôdas as suas conseqüências se a êle se viesse somar uma entrada líquida de capital do exterior. Se tal entrada não fôr viável, ao menos a neutralidade do balanço financeiro há de ser procurada, a fim de evitar que parte da poupança interna seja desviada para fazer face às amortizações de dívidas anteriormente contraídas.

Os resultados reais se afastarão dos indicados na medida em que a taxa de crescimento alcançada como decorrência da política econômica divergir do valor hipotético de 7,5 %. Se o crescimento real viesse a ser inferior a êsse valor, o sacrifício de consumo e a respectiva duração seriam

maiores que os indicados. Se, ao contrário, o crescimento viesse a ser superior a 7,5 %, menores seriam o sacrifício e a sua duração.

Para valores não muito diferentes dos indicados, torna-se evidente que o deslocamento previsto da relação poupança-consumo só poderia ser realizado, sem grande sacrifício da capacidade de consumo *per capita*, se fôr mantido alto nível de atividade econômica durante o período de transição. A política proposta é, assim, incompatível com a contenção rápida do processo inflacionário que exigiria, de acôrdo com os modelos clássicos, uma redução temporária do nível de atividade global, com a conseqüente estagnação ou mesmo redução do nível geral de emprêgo.

VIII

O aumento da poupança interna na proporção desejada não poderá ser alcançado unicamente através de medidas que induzam uma ação voluntária dos indivíduos nesse sentido. Se o objetivo fôsse a obtenção de um acréscimo de 5 % ou 10 % na proporção da poupança, os estímulos fiscais e uma organização eficiente de mercado de capitais e do sistema bancário poderiam constituir-se em métodos suficientes e satisfatórios. Mas o objetivo é um aumento da ordem de 50 % e, para um deslocamento dessa intensidade, métodos mais enérgicos serão necessários.

Não só o consumo disfarçado sob a forma de subsídios a consumidores terá que ser comprimido, como o consumo estéril decorrente dos desperdícios e da baixa eficiência do sistema terão que ser reduzidos, como ainda a própria capacidade de consumo efetivo terá que ser afetada por medidas que imponham uma poupança forçada.

O esforço de poupança terá que atingir a tódas as classes sociais. Seria inaceitável, no entanto, que uma política econômica, na atual conjuntura política e social, deixasse de atribuir às classes superiores de renda a principal parcela dêsse esforço. Durante o processo de redução e recuperação, o sacrifício da capacidade de consumo impôsto às classes inferiores de renda seria tornado suportável através de uma descarga temporária, porém maciça, do esforço de poupança

sôbre as classes superiores de renda. Os instrumentos executivos para tal ação devem compreender, principalmente, o tributo e o empréstimo compulsório sôbre a renda e sôbre o próprio patrimônio pessoal. À empresa pública dedicada aos setores básicos da energia elétrica, do petróleo, da siderurgia e do minério de ferro caberia papel decisivo na formação de poupança compulsória e na manutenção de alto nível de atividade industrial.

Na conjuntura inflacionária e em período de intensa atividade econômica, seria desaconselhável a tributação ou o empréstimo arrecadados através das empresas. Estes últimos tenderiam a atuar como impôsto indireto e o ônus correspondentes seriam transferidos aos consumidores através do aumento dos preços dos produtos e serviços e de forma provavelmente regressiva.

IX

O aumento da eficiência do sistema econômico decorrerá, primeiramente, da delimitação clara e precisa das áreas da empresa pública e da empresa privada, da adoção de uma política administrativa e comercial capitalista para a empresa pública e, finalmente, da menor interferência possível do Governo na área reservada à empresa privada.

O aumento da eficiência será propiciado, ainda, pela reserva de parcela significativa do aumento de poupança para investimentos tendentes a corrigir ineficiências e aumentar a produtividade. E só um forte aumento da poupança como o sugerido poderia permitir a canalização, para o campo da luta pela eficiência, dos recursos por êste exigidos, sem prejuízo dos investimentos destinados à expansão da capacidade física de produção. Teriam prioridade, naquelas aplicações, na área estatal, a reorganização do aparelho arrecadador do Ministério da Fazenda e dos serviços de transporte estatais e, finalmente, com a maior ênfase, a expansão dos sistemas educacionais médio profissional e técnico superior.

Aumento significativo na eficiência do setor público é incompatível com uma política econômica que se apoiasse no equilíbrio orçamentário imediato à custa de contenção de gastos públicos. Estes deveriam ser mesmo ampliados em se-

tores, como os acima indicados, para que se possa alcançar, em futuro não muito distante, o verdadeiro equilíbrio orçamentário via aumento da eficiência.

X

O decréscimo do ritmo da desvalorização da moeda seria uma conseqüência da política de poupança e eficiência. Uma parte da poupança nova supriria recursos para aplicações antes financiadas de forma inflacionária e para a ampliação do financiamento à agricultura. A administração eficiente e uma política de alta rentabilidade na área da empresa pública propiciariam a essas empresas recursos para a sua própria expansão independente do orçamento federal. O aumento da eficiência na administração federal ampliaria a receita pública. O *deficit* de caixa do Tesouro Nacional reduzir-se-ia contínua e progressivamente.

No contexto de tal política, não poderia ser fixado o intervalo de tempo dentro do qual a estabilidade da moeda seria alcançada. Não caberia, tampouco, nessa política, a fixação de um cronograma do decréscimo da taxa de desvalorização da moeda.

A política monetária e creditícia seria utilizada como instrumento auxiliar, de forma tal que a expansão de meios de pagamento, exigida pela manutenção de um alto nível de atividade, não se instituisse em fonte de alimentação do processo inflacionário.

Para um processo de redução progressiva da inflação seria, por outro lado, necessário que toda a estrutura econômica nacional fôsse institucionalmente adequada à vida econômica em regime inflacionário e que, em particular, fôsem preservadas, continuamente, durante o processo, as relações entre as principais grandezas econômicas: preços e salários, preços e tarifas, e preços e taxa de câmbio.

XI

A área internacional é aquela em que qualquer política econômica se apresenta com maiores indeterminações, tanto no que se refere às previsões de transações correntes de expor-

tação e de importação, como no que tange às perspectivas de fluxos de capitais. Uma nação poderá propor e negociar hábil e eficientemente termos e condições mas as soluções finais dependerão, sempre, também, da posição adotada pelas nações ou entidades com que negocia.

Julgamos improvável que venha a se reproduzir, em relação ao Brasil, uma situação equivalente à que se ofereceu à Europa ocidental depois da guerra e que os nossos compromissos externos, que agora se acumulam em decorrência de um decênio de financiamentos a prazos incompatíveis com a realidade do balanço de pagamentos do Brasil, possam vir a ser fortemente ultrapassados por novos financiamentos e entradas de capital.

Diante da improbabilidade de um auxílio externo em montante significativo, há que aceitar-se a colocação desse auxílio como objetivo acessório de uma nova política econômica para o Brasil. Isso não significa, de modo algum, que não deva ser feito todo o esforço para que o balanço das transações financeiras com o exterior nos seja favorável nos próximos anos, mas tão-somente que devemos considerar os recursos provenientes dessa área como complemento do esforço principal que terá que ser realizado pelo próprio país.

XII

Uma política econômica na linha de idéias anteriormente expostas seria perfeitamente compatível tanto com uma grande liberdade de ação para os empresários particulares, como com uma ação direta interna do Estado, limitada, porém, nitidamente na sua extensão.

A execução da política econômica, na área de ação direta do Estado, seria realizada através de um planejamento plurianual, continuamente ajustado à realidade, tanto no âmbito do Governo Federal como no dos Governos Estaduais. A ação executiva seria descentralizada. A coordenação e o controle dessa execução caberia a um órgão central, diretamente subordinado à Presidência da República. Uma ação, por parte dos empresários, coerente com a política econômica do país, seria alcançada, essencialmente, através da definição, em termos claros e objetivos, dessa própria política e

da delimitação nítida das áreas de ação reservadas à empresa privada e à empresa pública. Instrumentos auxiliares de execução da política seriam as medidas legais e administrativas que induzissem comportamento coerente dos indivíduos e empresários, bem como os instrumentos monetários e creditícios que possibilitassem a plena realização da potencialidade econômica do setor privado.

Na definição da política econômica, os setores de infraestrutura industrial, a cargo das Empresas Públicas, teriam uma programação analítica detalhada. Quanto às demais atividades, apenas critérios básicos, gerais e inespecíficos seriam estabelecidos para a concessão de financiamento pelos bancos oficiais, de forma a favorecer as iniciativas que se enquadrassem nos objetivos gerais da política econômica.

Dentro de limites bastante amplos, seria, portanto, dada plena liberdade de decisão aos empresários, o que resultaria provavelmente em uma proporção de acertos maior do que a que adviria de uma tentativa de condicionar a iniciativa privada através de planos e programas que resultassem em uma maior interferência de um organismo central de planejamento, nessa área.

EM TUDO SOBRE:

OPERAÇÕES BANCÁRIAS
Descontos,
Depósitos e Cobranças



faz bons amigos...
com bons serviços!

BANCO
IRMÃOS GUIMARÃES S.A.

Matriz: Rua da Quitanda, 80 - Rio de Janeiro

11.453

NOTA QUANTITATIVA

Exemplo numérico dos efeitos do deslocamento, em dois anos, da relação poupança-consumo, de 14%-86% para 21%-79%, na hipótese de um acréscimo da taxa de desenvolvimento de de 5% para 7,5% a.a.

QUADRO I

PROPOSTAS E TAXAS DE CRESCIMENTO HIPOTÉTICAS

ANOS	APLICAÇÃO DO PRODUTO (%)			TAXAS DE CRESCIMENTO (% a.a.)	
	Consumo	Poupança	Total	População	Produto
0	86	14	100	—	—
1	82	18	100	3	5
2	79	21	100	3	7,5
3	79	21	100	3	7,5

QUADRO II

EVOLUÇÃO DOS VALORES TOTAIS (Ano 0 = 100)

ANOS	População	Produto	Consumo	Poupança
0	100	100	100	100
1	103	105	100	135
2	106	113	104	169
3	109	121	112	182

QUADRO III

EVOLUÇÃO DOS VALORES "PER CAPITA" (Ano 0 = 100)

ANOS	Produto "per capita"	Consumo "per capita"	Poupança "per capita"
0	100	100	100
1	102	97	131
2	106	98	159
3	111	102	166